



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 53 – Fevereiro de 2013

Situação Fiscal dos Municípios Cearenses na Década de 2000

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Régis Façanha Dantas - Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 53 – Fevereiro de 2013

Elaboração

Paulo Araújo Pontes

Nicolino Trompieri Neto

Revisão:

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Cabe aos municípios brasileiros prover diversos serviços públicos aos seus habitantes, sendo necessário, para essa tarefa, que ele disponha dos recursos financeiros. Assim, uma preocupação constante da administração pública local deve ser a situação fiscal de suas contas. Com base nesse pressuposto, o presente Informe analisa a situação fiscal dos municípios cearenses nos anos de 2000 a 2011.

É verificado que, nesse período, que um maior número de municípios cearenses apresentou-se em situação de déficit orçamentário em 2010, uma possível explicação para essa situação é o incremento do investimento público per capita que ocorreu no período em análise. Constatou-se, ainda, que os municípios cearenses dependem, em sua maioria, dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que os deixa vulneráveis a queda na arrecadação dos impostos federais que compõem esse Fundo.

1 - Introdução

O sistema federativo brasileiro adotado em 1988 estabelece que a provisão de bens e serviços públicos deve ser dividida entre a União, os Estados e os Municípios. Relativamente a esses últimos, foi atribuída, no Artigo 30 da Constituição Federal, a responsabilidade de prestar, de forma direta ou não, serviços públicos de interesse local, como coleta de lixo, transporte coletivo, programas de ação infantil e ensino fundamental e serviços de atendimento a saúde.

Para financiar tais gastos foi estabelecido um conjunto de impostos e de transferências da União e dos Estados em favor dos Municípios brasileiros, sendo fixados alguns limites mínimos, para gastos com educação e saúde, que as administrações locais deveriam obedecer.

É interessante observar que os teóricos do federalismo, como Tiebout (1956) por exemplo, advogam que a provisão de bens públicos, por governos locais, permitiria uma maior eficiência no gasto público, dado que os indivíduos poderiam optar por residir nas localidades que lhes proporcionem maior bem estar. No entanto, mais recentemente Rodden (2003) observa que nos países federativos em que as receitas dos governos locais provêm principalmente de transferências do poder central, há uma maior probabilidade desses governos comportarem-se de forma ineficiente. Isso se deve, entre outras causas, ao fato do cidadão perceber apenas o benefício da provisão de bens pelo poder público local, dado que não contribuiu, com o pagamento de impostos, para o seu financiamento. Este comportamento seria um estímulo para os governantes expandirem os gastos públicos, dado essa miopia dos eleitores.

Nesse sentido, no ano de 2000, foi estabelecido no Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cuja pretensão maior era a regulação da gestão fiscal da União, dos Estados e Municípios, sendo estabelecidas diversas limitações a gastos com pessoal, endividamento público, renúncias de receitas, etc. Vale ressaltar que esses limites somam-se àqueles já estabelecidos na Constituição Federal.

Assim, pretende-se neste Informe analisar a situação fiscal dos municípios cearenses, dando-se especial atenção aos limites estabelecidos tanto na LRF como na Constituição, identificando, de uma forma geral, possíveis pontos que poderiam estar contribuindo para comprometer os resultados fiscais dessas unidades subnacionais.

Nessa tarefa são empregados, basicamente, alguns indicadores fiscais que descrevem a situação em que os municípios se encontram e, de forma complementar, são apresentados alguns gráficos de dispersão e tabelas descritivas na tentativa de identificar, de forma preliminar, alguma tendência no comportamento dos municípios cearenses.

Dessa forma optou-se por organizar este ensaio em três seções, além desta introdução. Na primeira são expostos os indicadores utilizados para identificar a capacidade de financiamento dos gastos públicos e, concomitantemente, são apresentados os resultados encontrados. Na segunda, apresentam-se os indicadores de despesas e discorre-se sobre os resultados. Na terceira, e última, seção são elencadas as considerações finais desse artigo.

2 – A capacidade de financiamento das despesas municipais

As despesas municipais são financiadas, principalmente, pela receita tributária própria e pelas transferências correntes. Relativamente as receitas de transferências deve-se destacar que uma fração delas são decorrentes de receitas compartilhadas com a União ou o Estado, ou seja, uma parcela dos impostos, como o ICMS, o IPVA ou o ITR, arrecadados pelo Estado ou União são compartilhados com o município onde ocorreu o fato gerador.

Nesse sentido, pode-se afirmar que parte das transferências recebidas pelo município depende do desempenho de sua economia, tornando parciais análises que considerem apenas sua arrecadação tributária.

Assim, nesse informe, optou-se pelo uso do Indicador de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE) é um indicador proposto pela Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é analisar a capacidade financeira/tributária dos municípios (Carvalho 2010). Nesse indicador, originalmente, são consideradas as receitas decorrentes da base econômica dos municípios, que são as receitas tributárias (impostos, taxas etc) e as transferências de ICMS, dividido pelos recursos recebidos pelo FPM, cujo repasse depende, principalmente, do tamanho da população do município. Optou-se, entretanto, por adotar uma versão modificada desse indicador, adicionando-se os valores de receitas das Contribuições de Melhorias e algumas transferências estaduais e federais, dado que

essas receitas também dependem da base econômica dos municípios, a fórmula de cálculo é apresentada abaixo:

$$IDTE = \frac{RT + RP + RS + TICMS + TIPVA + TIPI + TITR + LK}{FPM}$$

Em que:

RT – são as Receitas Tributárias (IPTU, ISSQN, ITBI, IR, Contribuições de Melhoria e Taxas);

RP – Receitas de Patrimônios (Alugueis, arrendamentos, etc)

RS – Receitas de serviços, industriais e agropecuárias;

TICMS – Transferências da cota parte do ICMS para os municípios; e

TIPVA – Transferências da cota parte do IPVA para os municípios;

TIPI – Transferências da cota parte do IPI para os municípios;

TITR – Transferências da cota parte do ITR para os municípios;

LK – Transferências oriundas da Lei Kandir para os municípios;

FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Se o valor do indicador for menor que 1 conclui-se que o município depende mais das transferências do FPM do que as receitas oriundas de sua base econômica e, se for maior que 1, ocorre o contrário. Destaque-se que, nesse último caso, o financiamento das despesas do município depende mais de sua base econômica, isto é, apresenta uma menor dependência das outras esferas de governo (Carvalho 2010).

O segundo indicador analisado, a receita líquida *per capita*, permite identificar a disponibilidade de recursos correntes para o provimento de serviços e bens para a população pelo município. Seu cálculo é realizado da seguinte forma:

$$RLpc = \frac{\text{Receita Corrente} - \text{Contribuições Previdenciárias}}{\text{População}}$$

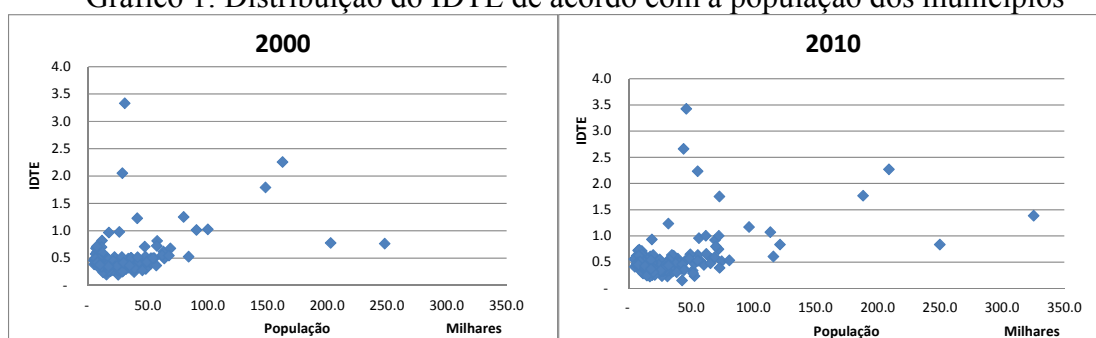
No Gráfico 1 são apresentadas a dispersão do IDTE pelos municípios cearenses, que estão ordenados por sua população, para os anos de 2000 e 2010. Deve-se destacar que o município de Fortaleza foi excluído dessa análise, dado que o porte de sua população

geraria problemas com a escala do gráfico¹. É interessante observar que o município mais populoso do estado, Caucaia, teve uma considerável evolução nesse indicador, haja vista que as receitas oriundas da base econômica superaram as transferidas pelo FPM, em 2010, enquanto que, em 2000, elas estavam abaixo dessas últimas.

Já o segundo município mais populoso, Juazeiro do Norte, tanto em 2000 como em 2010, apresentava valores no IDTE abaixo da unidade. Nos terceiro e quarto maiores municípios cearenses, Maracanaú e Sobral, respectivamente, pode-se observar uma realidade distinta, ou seja, em ambos os anos o indicador apresentava-se superior à unidade. Quanto aos demais municípios, é possível identificar que alguns com menos de 100 mil habitantes apresentaram-se com um IDTE superior a unidade, entretanto, a tendência dos municípios menos populosos, tanto em 2000 como em 2010, foi de concentrar-se em um IDTE próximo a 0,5, isto é, para cada R\$1 oriundo da base econômica do município ele recebeu R\$2 do FPM.

Como a maior parte dos municípios do Estado possuem população inferior a 100 mil habitantes, é razoável se supor que eles possuem uma baixa atividade econômica e, por consequência, pouca capacidade para gerar receitas tributárias para o fornecimento de bens públicos. Entretanto, observando-se a dispersão dos anos de 2000 e 2010, percebe-se, ao menos de forma aparente, no ano de 2010, um crescimento do número de municípios com IDTE maior que 0,5, quando se compara com o ano inicial.

Gráfico 1: Distribuição do IDTE de acordo com a população dos municípios



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

De fato, a análise da Tabela 1 permite concluir que houve uma sensível redução no número de municípios com IDTE abaixo de 0,50, dado que o número foi reduzido de 146 para 124. Por outro lado houve um incremento de 16 municípios na classe que vai

¹ Este município apresentava um índice igual a 3,99, em 2000, e 2,67, em 2010.

de 0,50 a 0,75 e de 3 entre os que apresentavam um indicador superior a 1. É possível explicar este desempenho por dois fatores distintos: o primeiro deles seria o crescimento econômico dos municípios, que estimulam a expansão de sua base tributária; e, o segundo fator, um maior esforço na arrecadação tributária local. Para identificar a causa principal seriam necessários estudos mais aprofundados que fogem ao escopo desse trabalho.

Tabela 1: Distribuição dos municípios cearenses por faixa do IDTE

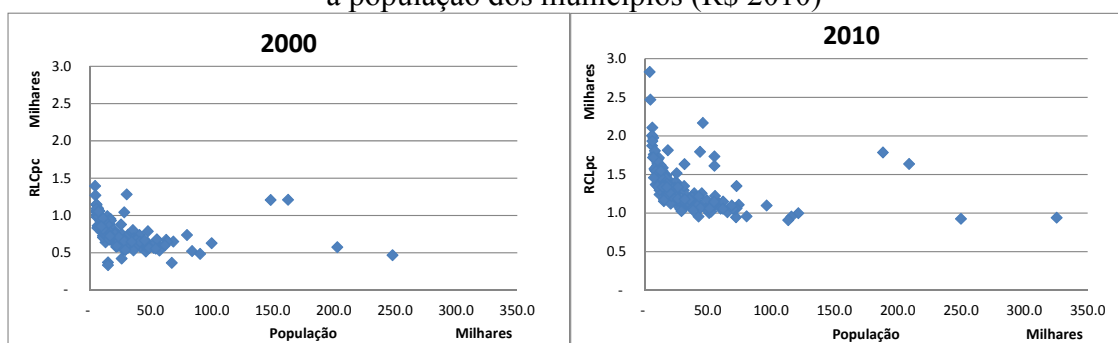
IDTE	2010	2000
Menor que 0,25	7	5
De 0,25 a menor que 0,50	117	141
De 0,50 a menor que 0,75	37	21
de 0,75 a menor que 1,00	7	6
Maior ou igual a 1	12	9
Total	180	182

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Quanto à distribuição geográfica dos municípios, em 2010, pode-se observar, no Mapa 1, que os municípios com IDTE maior que 1 estão concentrados, principalmente, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Os dois outros municípios com IDTE maior que 1 são os de Sobral e Iguatu. É interessante observar que este padrão é quase similar ao verificado em 2000, ou seja, uma concentração na RMF e os municípios de Sobral e Iguatu em destaque, a única diferença é, para aquele ano, o município de Crato com IDTE maior que 1.

No Gráfico 2 são apresentadas as dispersões da Receita Corrente Líquida *per capita* pelos municípios cearenses, sendo possível observar que esta receita é decrescente com o tamanho da população tanto em 2000 como em 2010. Outra observação interessante é o crescimento da disponibilidade de recursos *per capita* entre esses dois anos, dado que, em 2000, a maioria dos municípios apresentava receitas entre R\$ 500 e R\$ 1.000 e, em 2010, entre R\$ 1.000 e R\$ 1.500.

Gráfico 2: Receita Líquida *Per Capita* de acordo com a população dos municípios (R\$ 2010)



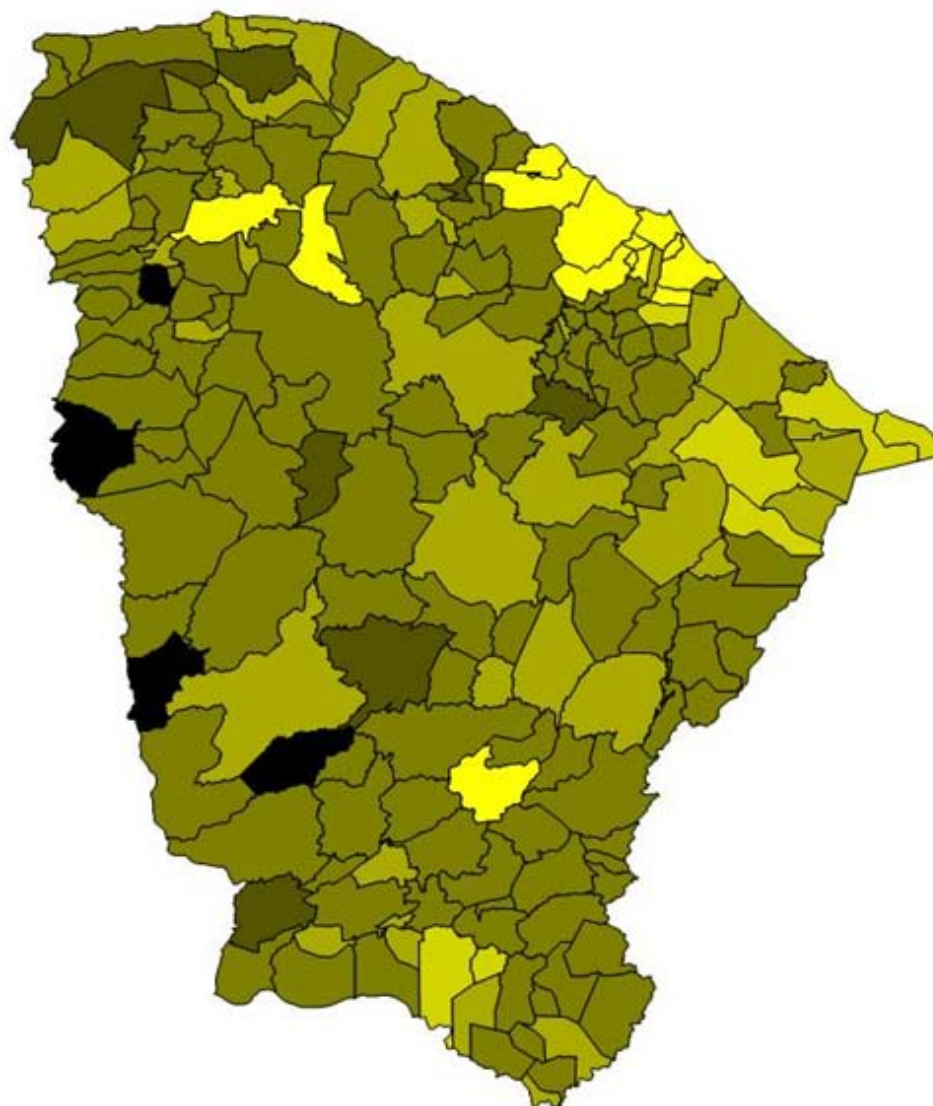
Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Relativamente ao ano de 2010, é possível observar, ainda no Gráfico 2, que os dois municípios com maior disponibilidade de receitas *per capita*, Grangeiro e Guaramiranga, são as duas menores populações². É interessante observar que nem sempre uma maior disponibilidade de recursos *per capita* implica em uma melhor provisão de bens públicos nos municípios, dado que, como alertam Mattos et al. (2009), podem ocorrer economia de escala no serviço público³. De fato, esses autores constataam que, para os municípios paulistas, os de menor porte apresentam piores condições de acesso ao sistema de saúde apesar do maior gasto *per capita* nesse serviço público. Analisar se os menores municípios cearenses são eficientes no gasto público fugiria ao objetivo desse texto, ficando como sugestão para futuros estudos.

² Esses municípios possuíam, de acordo com o Censo do IBGE, população de 4.629 e 4.164 habitantes, respectivamente, em 2010.

³ A demanda por serviços de saúde, em um município pequeno, por exemplo, não justificaria a construção de um hospital, já em um município de maior porte, como Fortaleza, podem prover esse tipo de serviço à população.

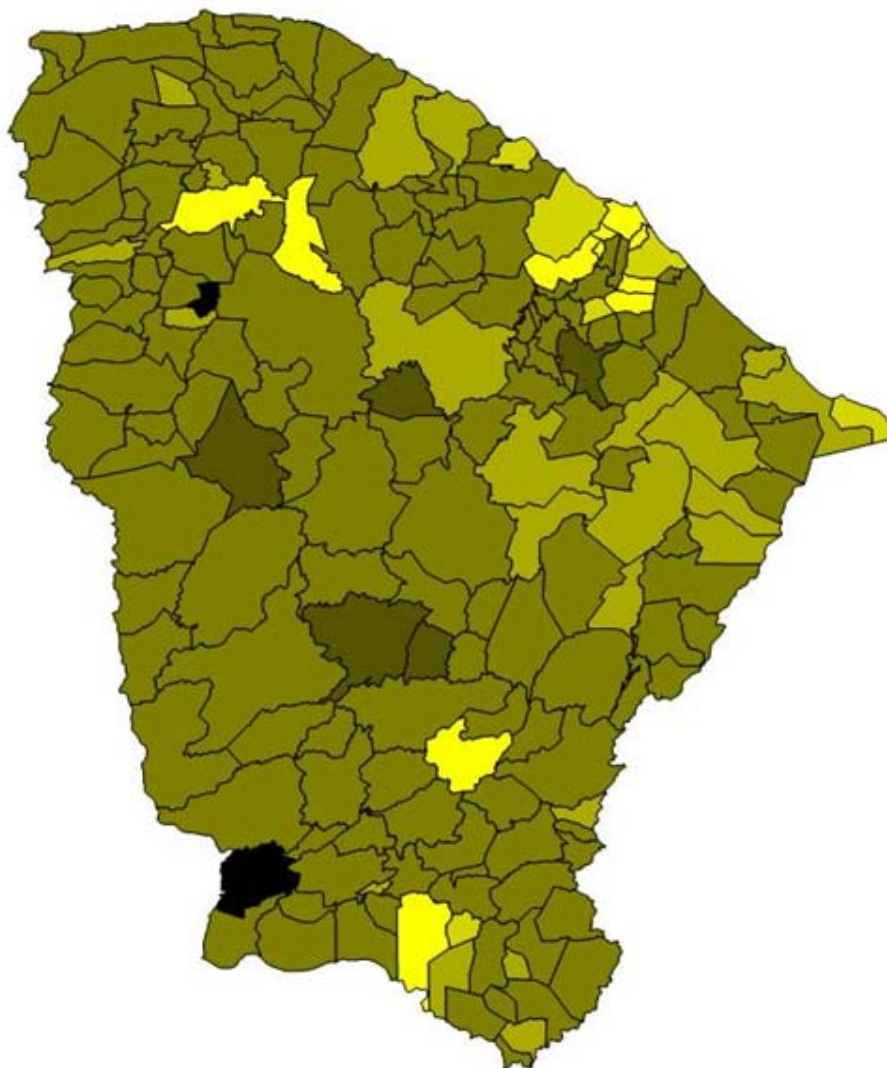
Mapa 1: Distribuição espacial do IDTE em 2010



Legenda		
Classe	Cor	Intervalo
Classe0	Preto	Sem Informação
Classe1	Verde escuro	0,00 -- 0,25
Classe2	Verde médio	0,25 -- 0,50
Classe3	Verde claro	0,5 -- 0,75
Classe4	Amarelo-Verde	0,75 -- 1,00
Classe5	Amarelo	1,00 -- 4,00

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Mapa 2: Distribuição espacial do IDTE em 2000



Legenda		
Classe	Cor	Intervalo
Classe0	Preto	Sem Informação
Classe1	Verde Escuro	0,00 -- 0,25
Classe2	Verde Médio	0,25 -- 0,50
Classe3	Verde Claro	0,5 -- 0,75
Classe4	Amarelo Escuro	0,75 -- 1,00
Classe5	Amarelo Claro	1,00 -- 4,00

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Pelo Gráfico 2 percebe-se ainda, que os maiores municípios do Estado, Fortaleza, Caucaia e Juazeiro do Norte⁴, dispunham, em 2010, de menos de R\$ 1.000 *per capita* de receitas correntes líquidas. Já Sobral e Maracanaú⁵ possuíam uma disponibilidade de recursos superior a R\$ 1,5 mil *per capita*, sendo que essa diferença entre eles decorrente, principalmente, dos recursos transferidos pela cota parte do ICMS, ou seja, de uma receita relacionada à base econômica do município. Assim, dado os ganhos de escala no serviço público e a maior disponibilidade de recursos *per capita* destes dois últimos municípios, espera-se que eles sejam mais eficientes na entrega de serviços públicos.

Dada a breve análise da capacidade de financiamento das despesas municipais cabe agora averiguar como estão os indicadores fiscais dos municípios, essa tarefa será realizada no próximo tópico.

3 – Indicadores da LRF

Relativamente a análise dos gastos dos municípios cearenses optou-se por analisar alguns indicadores relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como por exemplo, limites de gastos com pessoal, saúde e educação, e , também, indicadores relacionados a execução orçamentária dos municípios. Assim, o primeiro indicador elencado refere-se ao Resultado Orçamentário dos municípios, que se obtêm subtraindo as despesas orçamentárias das receitas orçamentárias, como há uma considerável disparidade entre os municípios cearenses, quanto a disponibilidade de recursos, optou-se por dividir o resultado acima pelo valor das receitas orçamentárias, sendo o cálculo da seguinte forma:

$$\text{Resultado Orçamentário} = \frac{\text{Receita orçamentária} - \text{Despesa orçamentária}}{\text{Receita orçamentária}}$$

Caso o Resultado Orçamentário seja positivo, diz-se que o município apresenta um superávit orçamentário e, caso contrário, um déficit orçamentário. Deve-se alertar que,

⁴ Com população de, aproximadamente, 325 mil e 250 mil, respectivamente, em 2010, de acordo com o Censo do IBGE.

⁵ Populações de, aproximadamente, 188 mil e 209 mil habitantes, respectivamente, em 2010, de acordo com o Censo do IBGE.

no caso do setor público, é desejável que o Resultado Orçamentário seja próximo a zero, dado que um elevado superávit orçamentário decorre da não aplicação dos recursos financeiros para atender as necessidades da população, enquanto o déficit implicará em um incremento na dívida pública do município, fragilizando-o financeiramente, podendo resultar na redução da capacidade desse ente em prover bens públicos à população.

O segundo indicador escolhido foi o valor investido por pessoa pelo município. Ressalte-se que essa categoria de despesa permitirá, ao menos em tese, promover melhorias na qualidade de vida da população. Relativamente aos indicadores baseados na LRF, o primeiro deles é obtido dividindo-se o gasto com pessoal pela receita corrente líquida, mencionada anteriormente.

A Lei estabelece que os governos municipais não podem comprometer mais que 60% da receita corrente líquida com esse tipo de gasto. O segundo indicador da LRF é o percentual com gasto na saúde quando são consideradas as receitas tributárias⁶, algumas receitas de transferências⁷ e da dívida ativa⁸, sendo estabelecido um percentual mínimo de 15% para os municípios. Já as despesas com educação, são consideradas as mesmas fontes de receitas utilizadas para o cálculo do limite dos gastos com saúde, porém estabelecendo um limite mínimo de 25%.

3.1 – Resultado Orçamentário

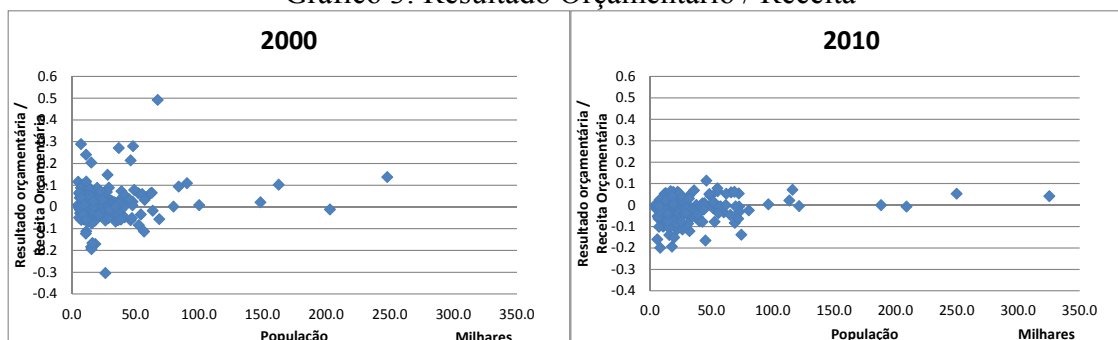
Os resultados do primeiro indicador mencionado anteriormente, o Resultado Orçamentário dos municípios, são apresentados no Gráfico 3. É possível constatar que, no ano de 2000, havia uma dispersão maior entre os municípios cearenses, dado que a amplitude dos valores é de, aproximadamente, 0,8 em 2000, e de 0,20, em 2010. Ademais, consta-se que no ano de 2000, que o município com pior resultado (Jardim) apresentava um déficit correspondente a 30% de suas receitas tributárias e Quixadá ostentou um superávit orçamentário de 49%. Ressalte-se que, como destacado anteriormente, nem déficits superávits elevados são desejáveis.

⁶ IPTU, ISS, ITBI e IRPF.

⁷ Quota parte do FPM, ITR, IPVA, ICMS, IPI e Lei Complementar 87/96.

⁸ A arrecadação de impostos inscritos na dívida ativa, bem como os juros, multas e atualização monetária deles.

Gráfico 3: Resultado Orçamentário / Receita



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Ainda no Gráfico 3, observa-se que houve uma concentração, no ano de 2010, nos resultados que vão de um déficit de 10% a um superávit de igual magnitude, entretanto o gráfico não permite visualizar como se comportou o número de municípios em situação de déficit ou superávit. Assim optou-se por, nessa análise, verificar a distribuição de frequências dos resultados das contas públicas municipais.

Nesse sentido, na Tabela 2, são apresentadas as frequências dos municípios cearenses de acordo com a sua situação, sendo possível observar, de início, que houve um aumento do número de municípios em situação de déficit orçamentário entre os anos de 2000 e 2010, quando esse número saltou de 71 para 114 entes. Conseqüentemente, o número de municípios com superávit foi reduzido de 112 para 66 nesse período.

Tabela 2: Número municípios com déficit ou superávit orçamentário

Descrição	2010	2000
> 10%	1	14
> 5% e ≤ 10%	16	28
> 0 e ≤ 5%	49	70
> -5% e ≤ 0%	68	48
> -10% e ≤ -5%	32	15
≤ -10%	14	8
Total	180	183

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

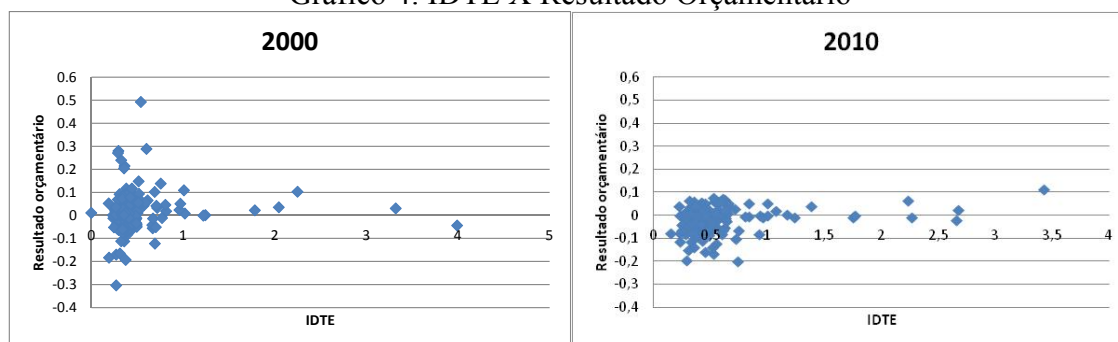
Deve-se observar que este quadro é um indício de que os municípios cearenses não estão conseguindo manter seus gastos dentro de seus limites orçamentários. É importante que tal situação seja revertida, pois, no futuro, eles poderão apresentar dificuldades financeiras que poderão comprometer a provisão de bens e serviços para a população.

Uma hipótese que pode ser lançada neste momento é se os municípios que possuem menor base econômica para geração de receitas, ou seja, que dependem mais de recursos transferidos sem uma contrapartida econômica tenderiam a incorrer em déficits orçamentários mais do que os municípios com maior independência financeira. Esta hipótese foi formulada por Rodden (2003), que defendia que em países federativos onde o financiamento das despesas das unidades subnacionais depende mais de recursos transferidos pelo governo central, há uma maior propensão ao crescimento do gasto público.

Esse fato seria uma decorrência da população perceber o benefício do gasto público sem perceber o verdadeiro custo oriundo da provisão de bens e serviços pelo setor público. Assim, seguindo essa hipótese, o chefe do executivo municipal tenderia a expandir o gasto público, o que poderia aumentar a possibilidade do município se encontrar em situação de déficit.

Dessa forma, no Gráfico 4 e Tabela 3, é analisado de forma sucinta, se os municípios cearenses com maior dependência de transferências de recursos para o financiamento de suas despesas estão mais propensos a encontrarem-se em situação de déficit orçamentário. De fato, o que se pode observar, tanto para o ano de 2000 como 2010, é que os municípios com IDTE maior que 1, em sua maioria, encontram-se em situação superavitária. Outra observação pertinente é que o déficit, nesse grupo de municípios, tem magnitude menor que 5% das receitas orçamentárias.

Gráfico 4: IDTE X Resultado Orçamentário



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Por fim, para o ano de 2010, observa-se que os municípios com IDTE menor que um apresentaram os maiores déficits orçamentários do Estado. Além disso, pode-se observar que, em 2010, dos 168 municípios com IDTE menor que 1, 107 deles encontravam-se em situação de déficit. Esses dados reforçam a hipótese citada, de que municípios com maior dependência das transferências tendem a encontrar-se em

situação de déficit, entretanto seriam necessários testes mais robustos para confirmá-la ou não.

Tabela 3: Quantidade de municípios em situação de Déficit ou Superávit e IDTE

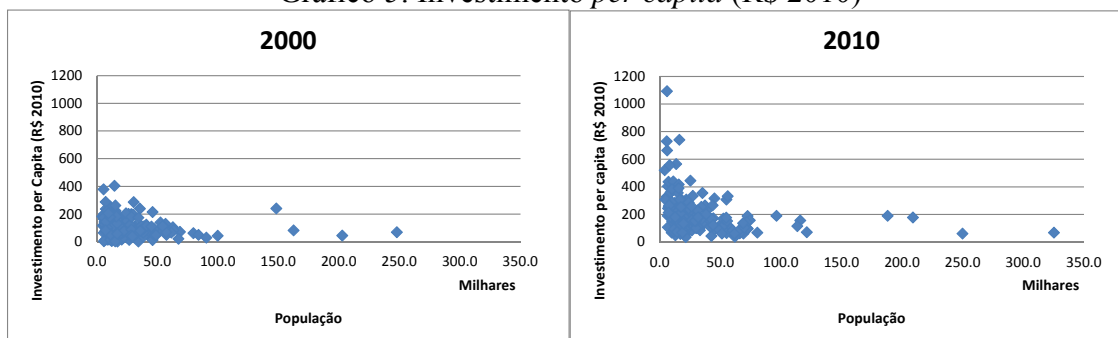
Descrição	2010			2000		
	Superávit	Déficit	Total	Superávit	Déficit	Total
Maior que 1	7	5	12	7	2	9
Menor que 1	59	107	166	105	65	170
Total	66	112	178	112	67	179

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

3.2 – Investimento *per capita*

Com relação ao segundo indicador escolhido, o investimento *per capita* dos municípios cearenses, é possível constatar, pela inspeção do Gráfico 5 e Tabela 4, que a maioria investia, em 2000, menos de R\$200 por habitante. Deve-se observar que, no ano de 2010, houve uma significativa melhora dado que houve um incremento para mais de R\$ 200 *per capita*, o que pode ser constatado visualmente no Gráfico 5.

Gráfico 5: Investimento *per capita* (R\$ 2010)



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Tabela 4: Número de municípios em situação de déficit ou superávit por valor de investimento *per capita*

Descrição	2010			2000		
	Superávit	Déficit	Total	Superávit	Déficit	Total
menos de R\$100	16	20	36	65	32	97
entre R\$100 e R\$199,99	27	49	76	38	26	64
entre 200 e 399,99	22	31	53	8	9	17
R\$400 ou mais	1	12	13	1	0	1
Total	66	112	178	112	67	179

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Ressalte-se, ainda mais, que os municípios de menor porte registraram maiores valores investidos por habitante do que os mais populosos. Em 2010, por exemplo, é possível verificar que os dois municípios de maior população, Caucaia e Juazeiro do Norte,

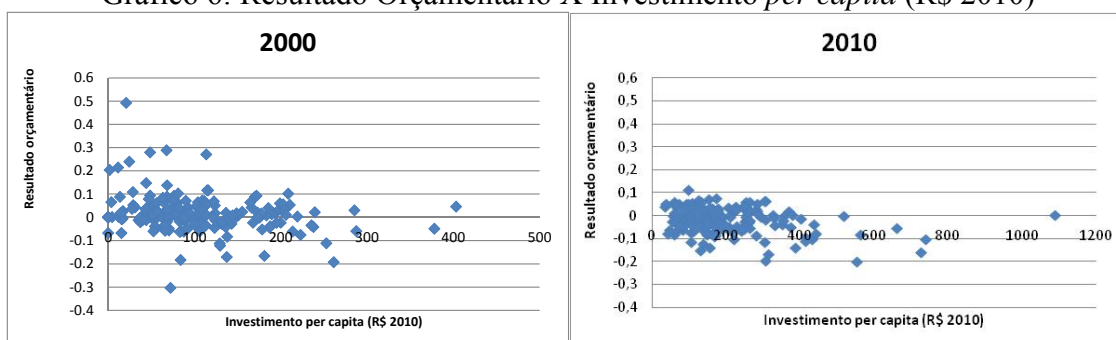
investiram, em termos *per capita*, R\$ 66,44 e R\$ 59,7, respectivamente. Esses valores estavam bem abaixo da média estadual que, em 2010, foi de aproximadamente R\$ 147,6 Reais *per capita*.

Ademais, é importante observar que o baixo investimento *per capita* poderá resultar em sérias limitações de infraestrutura desses municípios no futuro, com importantes implicações para a qualidade de vida de suas populações. Por outro lado, os municípios de Maracanaú e Sobral, terceira e quarta maior população do Ceará, respectivamente, apresentavam investimentos *per capita* de R\$ 175 e R\$ 187 Reais.

Dado os investimentos *per capita*, pode-se questionar se há alguma relação entre o nível de investimentos *per capita* e o Resultado Orçamentário dos municípios, tal análise será realizada com base nos dados apresentados no Gráfico 6. Nesse sentido, pode-se constatar que não é fácil identificar uma tendência clara para o ano 2000. Entretanto, para o ano de 2010, verifica-se que existe uma leve tendência dos investimentos serem mais elevados quando o Resultado Orçamentário foi deficitário.

Assim, é possível observar que, em 2010, dos 13 municípios com investimentos *per capita* superiores a R\$ 400 apenas um apresentava resultado superavitário. Dessa forma, é possível lançar a hipótese de que as administrações municipais estão optando por incorrer em déficits, porém mantendo o nível de investimentos elevados. Tal análise foge ao escopo desse trabalho sendo relegada a futuros estudos.

Gráfico 6: Resultado Orçamentário X Investimento *per capita* (R\$ 2010)



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

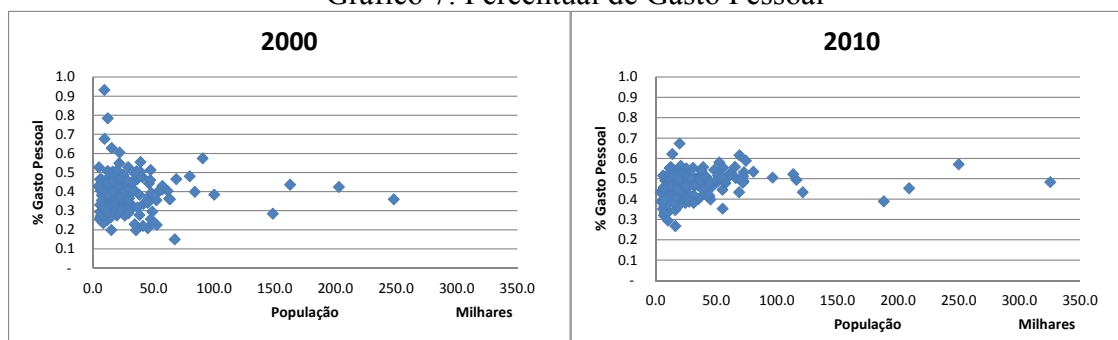
3.3 – Gastos com Pessoal

O terceiro indicador utilizado, o percentual do gasto com pessoal, em termos da Receita Corrente Líquida, foi incluído nessa análise dado o limite imposto pela LRF. Pretende-se, aqui, identificar se os municípios cearenses estão cumprindo o estabelecido nessa

Norma e, se existe alguma relação entre esse item de despesa e a situação deficitária apresentada anteriormente.

Nesse sentido, no Gráfico 7 são apresentados os gastos dos municípios cearenses de acordo com o tamanho da população. Pode-se constatar, tanto para o ano de 2000 como em 2010, que a maioria dos municípios apresentava um gasto com pessoal menor que 60% da receita corrente líquida. Entretanto, pode-se verificar que, em 2000, apenas quatro municípios (Palmácia, Fortim, Capistrano e Alcântaras) comprometiam mais de 60% de suas receitas correntes com despesas de pessoal. Já, em 2010, três municípios (Uruburetama, Iracema e Aracati) comprometiam mais de 60% de sua RCL com pagamento de pessoal.

Gráfico 7: Percentual de Gasto Pessoal

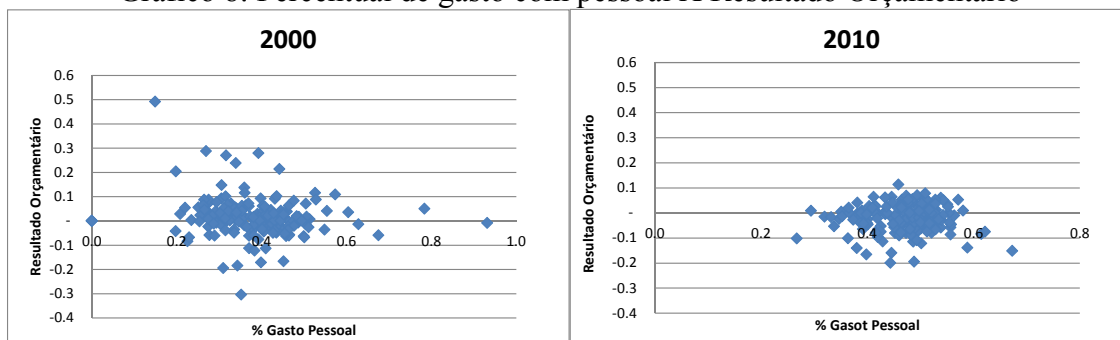


Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

É interessante observar que essa situação presenciada no estado do Ceará é melhor do que a brasileira dado que, como destaca Giuberti (2005), 39% dos municípios brasileiros, em 2000, apresentavam gastos superiores a 60% da receita corrente líquida. A autora vai mais além, afirmando não ter identificado uma relação forte entre a despesa com pessoal e a ocorrência de déficits nas administrações públicas municipais.

De fato, pode-se concluir para os dois anos em questão, (gráfico 8), que não existe uma relação clara entre o déficit orçamentário dos municípios cearenses e o percentual de gasto com pessoal, podendo-se deduzir que as conclusões de Giuberti (2005) podem ser válidas também, para o Ceará.

Gráfico 8: Percentual de gasto com pessoal X Resultado Orçamentário



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

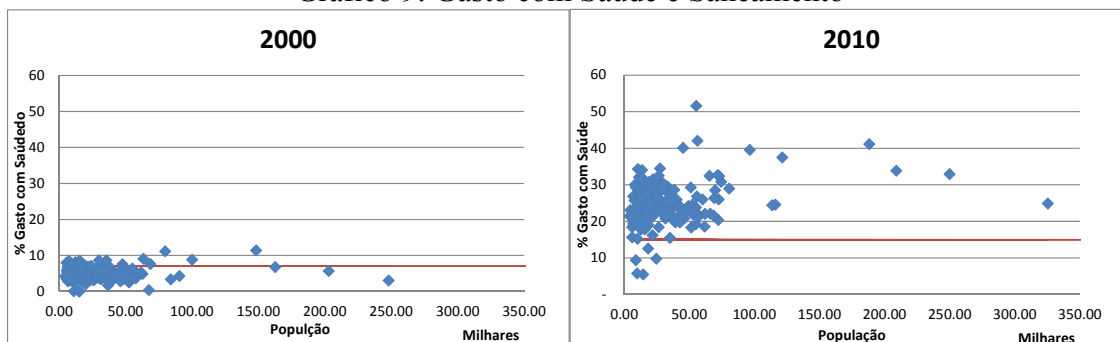
3.4 – Gastos Sociais

Os dois últimos indicadores analisados referem-se aos gastos que atendem demandas diretas da sociedade e cujas funções são atribuídas diretamente aos municípios, como é o caso dos gastos municipais com Saúde/Saneamento e Educação/Cultura. Deve-se lembrar, mais uma vez, que a Constituição Federal estabelece limites mínimos para os gastos com Saúde e Educação, mas nessa análise foram incluídos também os gastos com Saneamento e Cultura. Tal opção deve-se ao fato de que, em 2000, esses gastos estavam agrupados em duas contas (“Educação e Cultura” e “Saúde e Saneamento”) e, em 2010, eles estavam separados. Dessa forma, as contas de 2010 foram reagrupadas para permitir uma comparação entre os dois anos.

É importante frisar que os limites constitucionais referem-se apenas às contas de Educação e Saúde, e serão citados nessa parte do trabalho apenas para comparação, dado que foram somados a eles os dispêndios com Cultura e Saneamento, respectivamente.

Relativamente aos gastos com saúde e saneamento, cujos dados são apresentados no Gráfico 9 e Tabela 5, é possível observar que, majoritariamente, os municípios cearenses gastavam menos de 10% de suas receitas correntes nessa rubrica. Quanto ao limite constitucional de gastos com saúde, estabelecido na Emenda 29 de 2000, deve-se considerar que, para o ano de 2000, que ele deveria ser de no mínimo de 7% das RCL. Entretanto, constata-se que 157 municípios gastavam menos de 7% com saúde e saneamento, ou seja, pode-se intuir que os governos locais gastavam menos do que o determinado naquela norma, já que os dados aqui apresentados incluem os gastos com saneamento que não são contabilizados na conta de saúde.

Gráfico 9: Gasto com Saúde e Saneamento



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Obs: A linha em vermelho refere-se ao limite de 7%, em 2000, e 15%, em 2010, estabelecido na Emenda Constitucional 29 de 2000.

Já no ano de 2010, a Emenda Constitucional 29, de 2000, estabeleceu que o limite mínimo de gastos com saúde, nos municípios, deveria ser de, no mínimo, 15% das RCL, sendo possível observar, no Gráfico 9 e Tabela 5, que os gastos com saúde e saneamento, com algumas exceções, superavam esse limite.

Tabela 5: Número de municípios quanto aos gastos em Saúde

Descrição	2010	2000
menos que 7%	2	161
entre 7% e 14,99%	3	22
15% ou mais	175	0
Total	180	183

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Ademais, verifica-se que a maioria dos municípios, em 2010 estava gastando entre 20% e 30% de suas receitas tributárias e de transferências com saúde. Assim sendo, pode-se intuir que houve um esforço, pelas administrações municipais, de se adequarem aos ditames da Emenda Constitucional 29⁹.

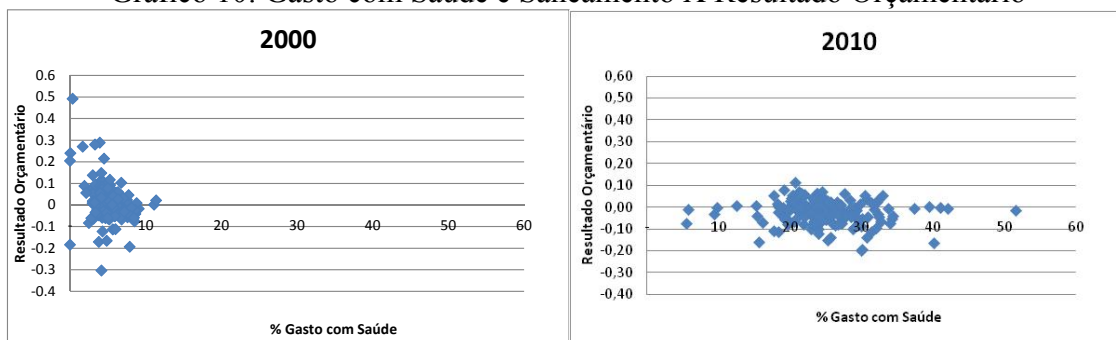
Tal fato leva ao questionamento se esse esforço em se adequar a Legislação poderia estar contribuindo para o Resultado Orçamentário diagnosticado anteriormente. Os dados apresentados no Gráfico 10 poderão fornecer alguma pista da validade dessa hipótese.

Atendo-se ao ano de 2010, é possível verificar que dos quatro municípios com maior aplicação de recursos em saúde e saneamento, três (Barbalha, Limoeiro do Norte e Sobral) apresentavam déficits próximo à zero e Brejo Santo um déficit de, aproximadamente, 16% da receita orçamentária. Entretanto, não é possível constatar

⁹ Deve-se lembrar que os resultados apresentados no Gráfico 9 são uma proxy do valor gasto com saúde, dado que também foram considerados os gastos com saneamento.

uma tendência clara entre essas duas variáveis, sendo necessários testes mais rigorosos para refutar essa hipótese.

Gráfico 10: Gasto com Saúde e Saneamento X Resultado Orçamentário

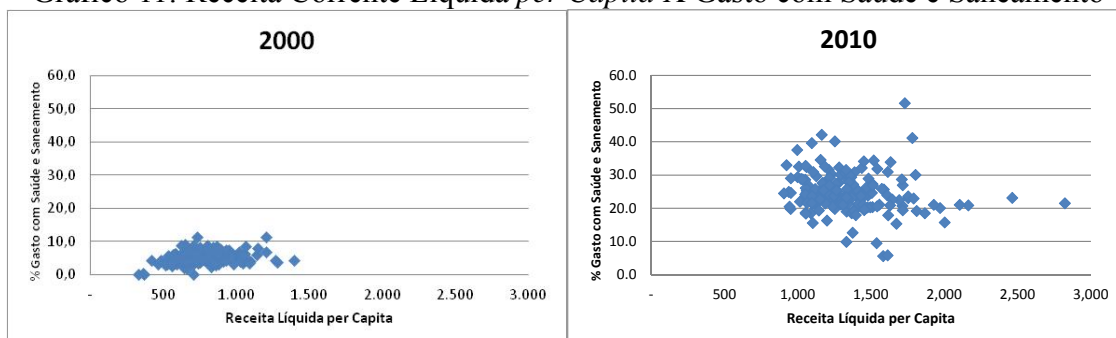


Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Outra hipótese que se poderia analisar é se o elevado nível de receitas *per capita* estaria correspondendo a um maior percentual de gasto com saúde. Tal preocupação seria justificada por dois fatos, já mencionados, sendo o primeiro a maior disponibilidade de receitas *per capita* pelos municípios com pequena população e, de forma complementar, eles não apresentarem ganhos de escala na prestação de serviços, assim a maior receita *per capita* poderia estar associada à concentração de gastos em poucos tipos de serviços.

Analisando-se o Gráfico 11 pode-se observar que, no ano de 2000, os municípios cearenses com maior nível de receitas *per capita* apresentavam um maior nível de gasto com saúde e saneamento. Porém, em 2010, a tendência aparentemente se inverteu, ou seja, os municípios com menor disponibilidade de receita *per capita* gastaram, relativamente, mais com saúde do que os que tinham maior disponibilidade. Este fato é um indício de que se deve refutar a hipótese elencada anteriormente.

Gráfico 11: Receita Corrente Líquida *per Capita* X Gasto com Saúde e Saneamento



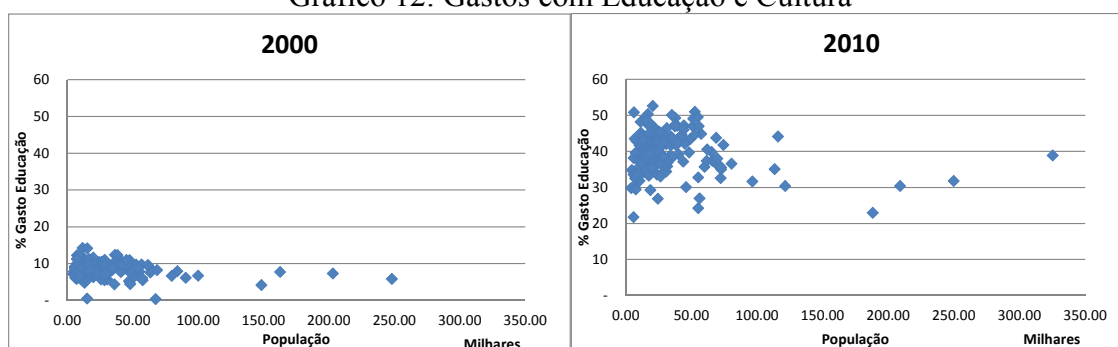
Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

O último ponto a ser analisado, os gastos com educação e cultura, foram, atribuídos, pela Constituição Federal de 1988, aos municípios brasileiros, sendo estabelecido o limite mínimo de 25% das receitas tributárias, de transferências e da dívida ativa para serem gastos nessa rubrica. Deve-se alertar, mais uma vez, que os valores discutidos

neste trabalho referem-se aos gastos com educação e cultura, dada a restrição explicada anteriormente, sendo esperado, portanto, que os percentuais apresentados fiquem acima dos limites constitucionais.

Analisando-se os dados apresentados no Gráfico 12 e na Tabela 6 constata-se que, em 2000, os municípios cearenses estavam bem abaixo do limite constitucional, mesmo adicionando os gastos com ações de cultura aos da educação. Essa realidade muda de forma significativa no ano de 2010, quando a maioria comprometeu mais de 30% de suas receitas com educação e cultura. Esses dados refletem, assim como no caso da saúde e saneamento, um esforço das administrações locais para se adequarem aos limites legais.

Gráfico 12: Gastos com Educação e Cultura



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

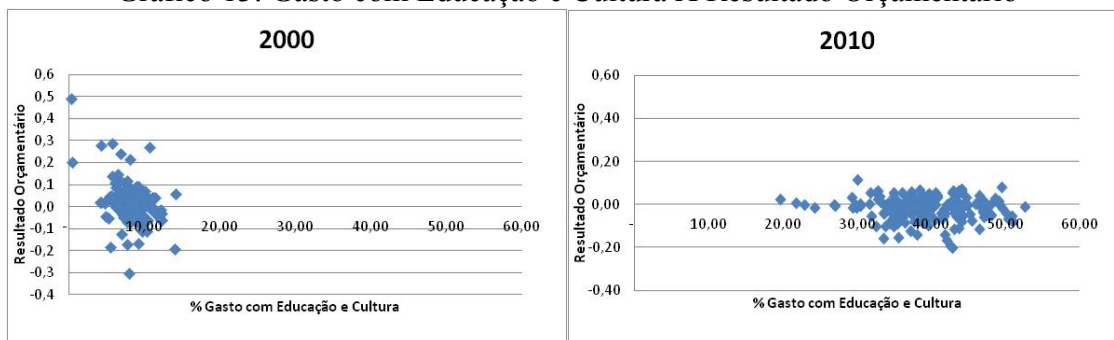
Tabela 6: Número de municípios quanto aos gastos em Saúde

Descrição	2010	2000
menos de 10%	0	155
entre 10 e 19,99%	1	28
entre 20% e 29,99%	9	0
entre 20% e 29,99%	9	0
entre 30% e 39,99%	96	0
mais de 40%	74	0

Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Entretanto, deve-se investigar, ainda que de forma sucinta, se esse esforço em se adequar aos limites com gastos em educação e cultura resultaram em piores condições fiscais dos municípios, sendo o Gráfico 13 destinado a tal análise. Verifica-se que, no ano de 2000, havia uma leve tendência de que municípios com maiores gastos em educação incorressem em situação de déficit. Já no ano de 2010, não é possível identificar, pelo gráfico de dispersão, se essas duas variáveis estão relacionadas, enfraquecendo a hipótese mencionada anteriormente.

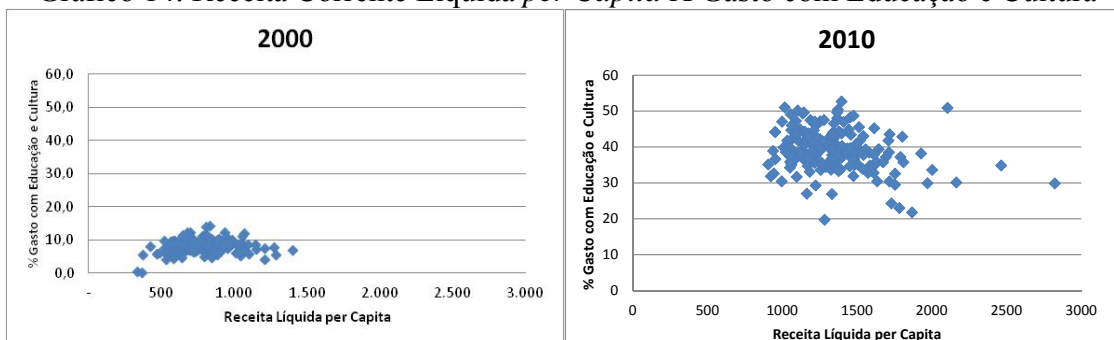
Gráfico 13: Gasto com Educação e Cultura X Resultado Orçamentário



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

Por fim, assim como na análise dos gastos com saúde e saneamento, será analisado se o nível de gasto com educação e cultura, está relacionado com o nível de receitas líquidas *per capita*. Espera-se, mais uma vez, que municípios de maior porte (cujas receitas *per capita* são mais baixas) apresentem maior comprometimento de suas receitas com esse nível de gasto. Entretanto, conforme pode ser observado no Gráfico 14, esse argumento não se mantém no caso dos municípios cearenses.

Gráfico 14: Receita Corrente Líquida *per Capita* X Gasto com Educação e Cultura



Fonte: FINBRA/STN, Elaboração própria

4 – Considerações Finais

Os resultados do Indicador de Desenvolvimento Tributário e Econômico (IDTE) mostraram que a maior parte dos municípios cearenses, em 2010 e 2000, encontrava-se com um valor abaixo de 0,5 indicando que para cada R\$ 1 oriundo da base econômica do município, ele recebia mais de R\$ 2 do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Desses, a grande maioria é composta de municípios com uma população abaixo de 100.000 habitantes indicando que esse resultado deve-se a baixa atividade econômica e, por consequência, pouca capacidade para gerar receitas tributárias.

Entretanto verificou-se que houve uma sensível redução no número de municípios com IDTE abaixo de 0,50, dado que o número foi reduzido de 146 em 2000 para 124 em 2010. Por outro lado houve um incremento de 16 municípios na classe que vai de 0,50 a

0,75 e de 3 entre os que apresentavam um indicador superior a 1. É possível explicar este desempenho por dois fatores distintos, o primeiro deles seria o crescimento econômico dos municípios, que permitiriam um incremento em sua base tributária, e, o segundo fator, um maior esforço na arrecadação tributária local.

Os municípios que apresentaram um IDTE maior do que 1,0 são os mais populosos e em sua maioria encontram-se na região metropolitana de Fortaleza, com exceção de Sobral e Iguatu, sendo este padrão mantido na comparação entre os dois anos em análise.

Na análise da Receita Corrente Líquida *per capita* observou-se que esta receita é decrescente com o tamanho da população para os dois anos de análise. De fato, em 2000, a maioria dos municípios apresentava receitas entre R\$ 500 e R\$ 1.000 e, em 2010, entre R\$ 1.000 e R\$ 1.500.

Em relação aos gastos dos municípios cearenses analisou-se um indicador de Resultado Orçamentário e um indicador de investimento *per capita*. Para o indicador de Resultado Orçamentário verificou-se que houve um aumento do número de municípios em situação de déficit orçamentário, passando de 71 municípios em 2000 para 114 em 2010, apresentando assim um indício de que os municípios cearenses não estão conseguindo manter seus gastos dentro de seus limites orçamentários.

O indicador de investimento *per capita* apresentou crescimento médio real de 21,5%, passando em termos reais de uma média em 2000 de R\$ 121,4 para R\$ 147,6 em 2010. Os municípios de menor população registraram maiores valores investidos por habitante do que os mais populosos, em 2000 e 2010.

Também foram objeto de análise os indicadores de gastos municipais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como limites de gastos com pessoal, saúde e educação. Em relação aos gastos com pessoal constatou-se que, tanto em 2000 como em 2010, a maioria dos municípios cearenses apresentava um gasto com pessoal menor que 60% da receita corrente líquida e que não existe uma relação clara entre o déficit orçamentário dos municípios cearenses e o percentual de gasto com pessoal.

Relativamente aos gastos com saúde no qual se inclui o gasto com saneamento, no ano de 2000, 157 municípios gastavam menos do que o percentual mínimo de 7% das receitas elegíveis estabelecido pela Constituição. Já em 2010 a maioria dos municípios cearenses gastava entre 20% e 30% das receitas elegíveis, sendo um percentual superior

ao limite mínimo de 15% estipulado para o ano de 2010. Por último, analisou-se o gasto com educação, incluindo o gasto com cultura, sendo observado que, no ano de 2000, a maioria dos municípios cearenses estava bem abaixo do limite constitucional mínimo. Porém, em 2010, esse resultado se reverteu quando a maioria dos municípios comprometeu mais de 30% de suas receitas com educação e cultura.

Referências Bibliográficas

- Carvalhais, Jane Noronha. *Relações intergovernamentais e mecanismos redistributivos: avanços e limitações do sistema de partilha da cota-parte municipal do ICMS em Minas Gerais*. Belo Horizonte: (Tese de Doutorado), 2010.
- Giuberti, Ana Carolina. “Lei de Responsabilidade Fiscal: Efeitos sobre o Gasto com Pessoal dos Municípios Brasileiros.” *Encontro Nacional da Anpec*, 2005.
- Mattos, Enlinson, Fabiana Rocha, Lucas Novaes, Paulo Avarate, e Verônica Orellano. “Economias de Escala na Oferta de Serviços Públicos de Saúde: Um Estudo para os Municípios Paulistas.” *Economia*, V. 10, n. 2, mai/ago, 2009: 357-386.
- Rodden, Jonathan. “Revinving Leviathan: Fiscal Federalism and the Growth of Government.” *International Organization* 57, fall-, 2003: 695-729.
- Tiebout, Charles M. “A Pure Theory of Local Expenditures.” *Journal of Political Economy*, LXIV, October, 1956.

Anexo 1
Valores dos Indicadores Calculados para os Municípios Cearenses

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
Abaiara	2010	10496	0,39	1475,59	202,34	-5,34	33,72	24,64	31,84
Acarape	2010	15338	0,35	1152,63	72,95	-5,84	53,81	24,24	36,19
Acaraú	2010	57551	0,52	1119,60	108,75	-0,68	47,76	21,51	44,82
Acopiara	2010	51160	0,34	999,56	106,52	-1,32	48,62	29,27	46,98
Aiuaba	2010	16203	0,47	1334,58	116,89	-2,42	34,65	18,91	38,87
Alcântaras	2010	10771	0,42	1483,45	222,87	-10,07	48,85	28,83	34,96
Altaneira	2010	6856	0,57	1972,12	402,41	-1,48	31,95	19,96	29,85
Alto Santo	2010	16359	0,42	1390,57	739,60	-10,19	26,73	23,98	33,72
Amontada	2010	39232	0,56	1253,76	229,51	-5,74	55,65	19,66	47,07
Antonina do Norte	2010	6984	0,49	1714,96	242,08	-6,46	39,18	20,64	38,45
Apuiarés	2010	13925	0,31	1379,59	263,94	-5,32	46,21	23,85	44,15
Aquiraz	2010	72628	1,75	1347,14	186,77	-0,71	48,67	25,98	35,53
Aracati	2010	69159	0,92	1082,94	60,15	-8,36	61,44	26,34	36,44
Aracoiaba	2010	25391	0,32	1354,99	135,56	3,41	55,05	28,37	40,82
Ararendá	2010	10491	0,36	1519,36	206,61	-5,27	42,53	34,27	41,66
Araripe	2010	20685	0,35	1397,20	190,14	-1,02	56,35	24,27	52,58
Aratuba	2010	11529	0,45	1615,31	229,57	-4,62	50,55	30,83	45,13
Arneiroz	2010								
Assaré	2010	22445	0,41	1232,56	211,13	0,41	43,31	23,88	46,25
Aurora	2010	24566	0,46	1333,21	81,83	-0,34	38,10	9,78	26,85
Baixio	2010	6026	0,42	1868,67	328,41	0,50	35,09	18,40	21,74
Banabuiú	2010	17315	0,48	1459,73	178,28	-0,62	50,81	25,12	43,33
Barbalha	2010	55323	0,63	1731,12	64,34	-1,30	35,27	51,56	24,24
Barreira	2010	19573	0,34	1242,29	97,90	1,28	50,30	24,81	38,81
Barro	2010	21514	0,42	1224,99	34,82	4,13	47,49	21,19	37,53
Barroquinha	2010	14476	0,34	1582,98	105,19	-7,25	49,53	5,46	38,40
Baturité	2010	33321	0,32	1127,03	84,21	-6,19	50,08	29,53	38,63
Beberibe	2010	49311	0,65	1164,58	115,41	4,24	48,86	24,16	43,42
Bela Cruz	2010	30878	0,23	1062,58	98,84	0,00	55,32	25,19	42,02
Boa Viagem	2010	52498	0,47	1060,82	118,78	0,98	58,02	24,59	44,61
Brejo Santo	2010	45193	0,52	1253,31	314,78	-16,56	39,81	40,07	42,08
Camocim	2010	60158	0,44	1055,81	82,97	-3,46	51,12	25,97	35,68
Campos Sales	2010	26506	0,23	1090,99	105,73	-11,40	42,87	18,38	43,10
Canindé	2010	74473	0,52	1106,37	155,34	-13,84	58,83	30,80	41,75
Capistrano	2010	17062	0,34	1480,41	180,21	1,24	52,92	23,71	36,45
Caridade	2010	20020	0,30	1262,56	116,08	-2,14	44,74	22,37	35,32
Cariré	2010	18347	0,46	1374,78	260,12	0,87	38,99	12,55	34,21
Caririaçu	2010	26393	0,38	1371,77	218,69	2,75	40,35	25,06	39,58
Cariús	2010	18567	0,41	1327,05	213,48	-6,62	42,00	23,76	34,77
Carnaubal	2010	16746	0,33	1279,60	208,88	-5,10	49,88	27,53	47,42

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
Cascavel	2010	66142	0,56	1053,46	60,94	5,89	50,37	22,06	37,33
Catarina	2010	18745	0,33	1223,94	164,56	3,09	41,41	23,29	29,24
Catunda	2010	9952	0,37	1613,89	66,77	-0,84	39,86	5,70	37,79
Caucaia	2010	325441	1,39	939,43	66,44	4,17	48,30	24,82	38,84
Cedro	2010	24527	0,31	1261,47	142,82	-3,75	48,76	27,27	39,19
Chaval	2010	12615	0,37	1399,24	282,37	-8,60	55,67	23,72	38,84
Choró	2010	12853	0,42	1617,45	109,15	5,53	48,50	17,78	34,91
Chorozinho	2010	18915	0,35	1334,75	255,20	6,05	53,82	21,63	43,52
Coreaú	2010	21954	0,33	1212,86	305,46	-11,47	48,62	31,45	46,48
Crateús	2010	72812	0,39	1061,39	94,76	-3,14	53,22	32,34	35,02
Crato	2010	121428	0,83	996,66	69,97	-0,45	43,37	37,44	30,38
Croatá	2010	17069	0,32	1369,34	57,05	-2,49	40,07	18,41	39,88
Cruz	2010	22479	0,53	1341,21	264,45	6,11	50,79	23,90	44,07
Deputado Irapuan									
Pinheiro	2010	9095	0,62	1588,17	358,36	-0,02	49,30	25,58	34,78
Ererê	2010	6840	0,48	1717,35	106,12	0,24	45,86	26,84	30,37
Eusébio	2010	46033	3,43	2165,04	98,29	11,34	45,86	20,78	30,04
Farias Brito	2010	19007	0,37	1387,48	246,63	3,87	51,17	30,73	37,34
Forquilha	2010	21786	0,44	1199,91	148,68	-7,11	49,47	16,18	40,46
Fortaleza	2010	2452185	2,67	1283,64	126,70	2,26	50,67	32,21	19,65
Fortim	2010	14817	0,42	1397,31	127,51	-0,14	52,90	19,88	36,91
Frecheirinha	2010	12991	0,47	1358,67	122,70	-2,75	49,35	24,56	39,24
General Sampaio	2010	6218	0,62	2105,77	661,33	-5,22	51,50	20,92	50,80
Graça	2010						0,00		
Granja	2010	52645	0,23	1016,47	167,60	-0,08	52,10	21,87	50,95
Granjeiro	2010	4629	0,41	2465,06	307,45	-0,02	38,77	23,04	34,79
Groaíras	2010	10228	0,71	1510,97	282,77	0,03	41,54	20,24	39,45
Guaiúba	2010	24091	0,39	1169,10	146,25	-0,02	52,28	26,14	41,75
Guaraciaba do									
Norte	2010	37775	0,32	1137,43	162,71	0,00	51,86	24,45	49,26
Guaramiranga	2010	4164	0,56	2824,08	517,88	0,00	43,22	21,40	29,80
Hidrolândia	2010	19325	0,31	1268,67	250,19	-0,06	52,47	25,03	41,52
Horizonte	2010	55187	2,23	1611,20	306,23	0,06	44,59	23,79	32,77
Ibaretama	2010	12922	0,28	1408,64	149,98	-0,08	47,28	23,71	39,16
Ibiapina	2010	23808	0,46	1344,39	241,72	-0,05	45,29	30,05	43,91
Ibicuitinga	2010	11335	0,28	1454,19	374,67	-0,05	47,98	19,35	48,14
Icapuí	2010	18392	0,93	1811,54	121,43	0,00	36,62	19,06	35,66
Icó	2010	65456	0,48	1009,04	83,22	-0,05	55,77	32,43	39,79
Iguatu	2010	96495	1,17	1096,50	187,88	0,00	50,53	39,52	31,59
Independência	2010	25573	0,36	1162,83	94,43	-0,03	51,89	22,76	38,00
Ipaporanga	2010	11343	0,39	1437,18	415,22	-0,10	41,97	32,05	39,51
Ipaumirim	2010	12009	0,43	1239,84	72,28	0,05	46,52	20,42	36,02
Ipu	2010	40296	0,49	1209,38	167,20	-0,08	42,54	25,91	39,17

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
Ipueiras	2010	37862	0,38	1189,09	141,90	-0,02	48,90	21,33	47,40
Iracema	2010	13722	0,40	1451,96	151,12	-0,08	62,13	33,99	34,58
Irauçuba	2010	22324	0,41	1316,15	294,80	-0,01	47,95	23,27	42,53
Itaiçaba	2010	7316	0,72	1755,07	434,16	-0,10	36,34	22,95	32,52
Itaitinga	2010	35817	0,62	1105,72	125,44	0,07	47,34	21,22	38,38
Itapagé	2010	48350	0,57	1054,09	93,23	0,05	54,33	23,59	39,70
Itapipoca	2010	116065	0,61	953,75	154,01	0,07	49,38	24,52	44,11
Itapiúna	2010	18626	0,25	1261,10	113,35	-0,06	52,82	23,27	41,41
Itarema	2010	37471	0,47	1202,53	262,74	-0,03	53,93	25,21	46,94
Itatira	2010	18894	0,29	1411,32	285,99	0,02	36,51	21,08	46,91
Jaguaretama	2010	17863	0,29	1232,25	307,85	-0,19	48,79	30,12	42,60
Jaguaribara	2010	10399	0,48	1693,76	148,08	0,01	48,12	22,33	37,10
Jaguaribe	2010	34409	0,64	1194,77	253,30	-0,02	46,96	27,53	41,63
Jaguaruana	2010	32236	0,55	1101,63	139,74	-0,12	50,14	24,03	37,22
Jardim	2010	26688	0,37	1277,50	83,27	-0,04	51,28	23,68	41,25
Jati	2010	7660	0,49	1753,96	258,08	-0,02	33,18	23,47	29,41
Jijoca de Jericoacoara	2010	17002	0,61	1372,62	176,31	-0,07	48,06	24,05	50,34
Juazeiro do Norte	2010	249939	0,83	924,42	59,72	0,05	57,09	32,90	31,78
Jucás	2010	23807	0,45	1257,35	105,85	-0,04	46,41	23,97	33,54
Lavras da Mangabeira	2010	31090	0,38	1128,35	198,13	-0,05	40,09	22,01	37,25
Limoeiro do Norte	2010	56264	0,95	1165,05	329,96	-0,01	49,27	42,01	26,94
Madalena	2010	18088	0,39	1367,62	254,09	0,00	52,45	24,62	47,95
Maracanaú	2010	209057	2,27	1635,07	175,74	-0,01	45,28	33,79	30,35
Maranguape	2010	113561	1,07	906,53	113,69	0,02	52,14	24,37	35,02
Marco	2010	24703	0,55	1400,87	165,91	0,02	51,06	25,73	40,20
Martinópole	2010	10214	0,31	1645,66	262,79	-0,03	37,35	22,48	39,31
Massapê	2010	35191	0,36	1103,57	130,06	-0,04	39,96	15,45	50,09
Mauriti	2010	44240	0,37	1092,05	170,52	0,01	41,51	21,97	47,14
Meruoca	2010	13693	0,60	1333,82	563,12	-0,08	45,22	23,18	37,63
Milagres	2010	28316	0,34	1051,60	113,40	-0,01	50,93	24,04	34,17
Milhã	2010	13086	0,47	1506,50	48,44	-0,06	48,94	24,54	35,04
Miraíma	2010	12800	0,48	1384,99	151,10	-0,04	48,28	19,04	44,07
Missão Velha	2010	34274	0,31	1140,82	163,13	-0,02	49,33	22,96	44,11
Mombaça	2010	42690	0,15	952,48	42,82	-0,08	41,63	19,69	44,11
Monsenhor Tabosa	2010	16705	0,22	1495,56	112,76	0,04	47,64	20,22	40,79
Morada Nova	2010	62065	0,66	1146,81	37,35	0,05	52,80	22,03	40,53
Moraújo	2010	8070	0,50	1558,15	183,30	-0,01	49,13	20,97	39,26
Morrinhos	2010	20700	0,25	1119,51	94,41	0,00	51,89	25,67	38,50
Mucambo	2010	14102	0,55	1543,71	93,48	-0,01	54,25	31,74	37,71
Mulungu	2010	11485	0,38	1327,01	73,04	0,00	52,71	29,08	33,59

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
Nova Olinda	2010	14256	0,58	1453,48	371,35	0,02	40,92	23,54	39,34
Nova Russas	2010	30965	0,48	1292,32	172,11	-0,09	48,25	30,00	34,35
Novo Oriente	2010	27453	0,33	1156,30	332,90	-0,04	38,71	34,45	41,85
Ocara	2010	24007	0,45	1324,40	284,43	0,05	47,67	30,51	42,84
Orós	2010	21389	0,37	1217,80	169,67	-0,09	45,97	29,10	35,46
Pacajus	2010	61838	1,00	1054,10	58,66	0,00	52,07	18,56	37,33
Pacatuba	2010	72299	1,00	944,15	97,46	0,05	51,14	20,34	32,54
Pacoti	2010	11607	0,47	1431,03	227,59	0,02	55,19	23,56	38,26
Pacujá	2010	5986	0,45	2003,57	728,25	-0,16	44,53	15,63	33,56
Palhano	2010	8866	0,48	1366,58	198,07	-0,04	48,74	29,27	33,68
Palmácia	2010	12005	0,44	1294,61	92,18	0,04	52,80	21,06	34,95
Paracuru	2010	31636	1,24	1630,73	109,08	-0,01	41,77	20,77	35,82
Paraipaba	2010	30041	0,46	1152,47	98,69	-0,01	48,26	22,62	44,12
Parambu	2010	31309	0,33	1347,25	228,08	0,04	38,13	21,33	46,41
Paramoti	2010	11308	0,42	1710,97	437,18	-0,04	51,95	28,60	41,70
Pedra Branca	2010	41890	0,37	1097,99	109,06	0,00	50,92	23,55	43,83
Penaforte	2010	8226	0,73	1803,99	554,35	-0,20	44,34	29,95	42,80
Pentecoste	2010	35400	0,33	1173,44	353,43	-0,04	48,81	27,48	43,73
Pereiro	2010	15757	0,42	1397,18	415,61	-0,11	49,30	17,80	43,68
Pindoretama	2010	18683	0,48	1370,69	87,95	0,02	49,66	26,64	37,51
Piquet Carneiro	2010	15467	0,33	1170,18	167,61	-0,04	39,27	27,48	34,67
Pires Ferreira	2010	10216	0,64	1674,07	287,29	0,01	29,41	15,22	35,69
Poranga	2010						0,00		
Porteiras	2010	15061	0,28	1368,40	354,99	-0,02	47,55	23,05	49,57
Potengi	2010	10276	0,56	1343,67	380,80	0,00	47,70	22,81	42,27
Potiretama	2010	6126	0,47	1929,40	1090,25	0,00	38,57	20,94	38,09
Quiterianópolis	2010						0,00		
Quixadá	2010	80604	0,53	954,23	66,34	-0,02	53,41	28,96	36,58
Quixelô	2010	15000	0,44	1511,12	149,55	-0,07	51,24	27,21	38,23
Quixeramobim	2010	71887	0,75	1054,00	142,42	-0,06	48,02	32,65	35,82
Quixeré	2010	19412	0,63	1356,92	128,05	0,02	46,43	29,79	39,11
Redenção	2010	26415	0,35	1330,41	257,27	0,02	45,70	31,43	36,65
Reriutaba	2010	19455	0,38	1309,87	153,05	0,00	43,75	20,99	40,55
Russas	2010	69833	0,80	1051,46	102,56	-0,01	50,17	28,47	37,98
Saboeiro	2010	15752	0,35	1470,98	388,42	-0,14	38,00	25,65	37,99
Salitre	2010	15453	0,31	1477,41	227,80	0,03	50,36	20,12	48,62
Santa Quitéria	2010	42763	0,46	1212,78	165,35	0,01	46,74	24,14	44,57
Santana do									
Acaraú	2010	29946	0,35	1173,31	150,36	-0,02	48,45	25,09	42,90
Santana do Cariri	2010	17170	0,36	1445,90	206,54	0,04	46,25	21,00	44,75
São Benedito	2010	44178	0,34	1064,77	121,44	0,00	47,95	21,56	45,98
São Gonçalo do									
Amarante	2010	43890	2,66	1791,36	263,82	-0,02	41,87	22,84	37,11

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
São João do Jaguaribe	2010	7900	0,62	1574,12	263,56	0,03	43,61	25,70	32,72
São Luís do Curu	2010	12332	0,49	1470,21	174,69	-0,02	49,69	26,15	36,57
Senador Pompeu	2010	26469	0,33	1184,26	157,65	0,04	50,25	32,47	33,04
Senador Sá	2010	6852	0,49	1718,04	188,01	-0,06	45,07	19,27	43,49
Sobral	2010	188233	1,77	1783,07	187,84	0,00	38,82	41,08	22,91
Solonópole	2010	17665	0,54	1378,54	119,44	0,01	51,31	27,05	33,20
Tabuleiro do Norte	2010	29204	0,41	1023,68	151,83	-0,04	50,02	28,73	38,51
Tamboril	2010	25451	0,33	1513,31	443,21	-0,08	46,33	26,74	45,43
Tarrafas	2010	8910	0,51	1539,31	181,04	-0,03	45,94	9,35	33,79
Tauá	2010	55716	0,53	1218,72	151,05	-0,04	55,45	26,77	46,97
Tejuçuoca	2010	16827	0,31	1349,13	305,79	0,06	41,19	27,69	42,93
Tianguá	2010	68892	0,59	1096,09	135,01	0,06	43,34	21,49	43,75
Trairi	2010	51422	0,29	1056,52	60,09	0,01	51,63	18,29	49,05
Tururu	2010	14408	0,24	1336,56	71,65	-0,04	51,70	25,71	43,10
Ubajara	2010	31787	0,44	1177,29	178,09	0,03	46,37	25,30	36,83
Umari	2010	7545	0,45	1455,06	210,95	-0,01	39,89	19,64	39,57
Umirim	2010	18802	0,33	1247,52	66,27	0,01	49,77	23,61	39,84
Uruburetama	2010	19765	0,31	1265,05	132,42	-0,15	67,26	25,28	35,47
Uruoca	2010	12883	0,42	1542,53	179,27	0,02	46,40	20,48	42,97
Varjota	2010	17593	0,37	1333,15	252,01	0,04	44,76	23,15	39,43
Várzea Alegre	2010	38434	0,31	1034,50	198,80	-0,04	44,82	28,58	41,68
Viçosa do Ceará	2010	54955	0,52	1144,77	174,54	0,08	50,88	19,21	49,51
ABAIARA	2000	7131	0,60	1096,77	67,69	0,29	26,92	3,94	5,78
ACARAPE	2000	11512	0,82	865,40	193,80	0,02	44,90	5,60	9,23
ACARAU	2000	45200	0,39	621,28	69,26	0,03	20,84	3,74	8,55
ACOPIARA	2000	46198	0,36	618,29	11,32	0,21	44,22	4,50	8,14
AIUABA	2000	14452	0,26	804,45	96,37	0,00	31,86	6,67	8,75
ALCANTARAS	2000	9626	0,45	784,08	84,34	-0,06	67,55	4,26	9,56
ALTANEIRA	2000	6073	0,57	1009,13	166,12	0,04	41,66	5,37	6,09
ALTO SANTO	2000	13052	0,48	751,58	67,56	0,03	32,34	3,70	7,23
AMONTADA	2000	31586	0,34	743,75	112,91	0,01	43,88	4,23	9,24
ANTONINA DO NORTE	2000	6460	0,45	1021,54	142,98	-0,03	40,33	6,87	8,40
APUIARES	2000	12331	0,36	751,21	67,98	-0,02	39,34	4,36	8,80
AQUIRAZ	2000	57654	0,81	585,31	49,47	0,05	42,20	3,65	5,46
ARACATI	2000	62832	0,61	671,91	104,13	0,06	36,31	4,82	8,96
ARACOIABA	2000	25042	0,19	691,13	28,99	0,05	34,09	6,40	7,44
ARARENDA	2000	11425	0,36	795,29	70,11	-0,05	43,50	3,79	11,93
ARARIPE	2000	17863	0,32	821,79	113,95	0,06	33,69	6,09	8,15
ARATUBA	2000	12655	0,32	892,30	92,58	0,04	44,55	6,66	10,33
ARNEIROZ	2000	6787	0,42	1007,87	#DIV/0!	0,00	0,00		

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
ASSARE	2000	18271	0,27	664,35	137,47	-0,17	39,89	3,82	7,80
AURORA	2000	24905	0,27	600,14	73,28	0,01	35,38	4,14	7,50
BAIXIO	2000	6726	0,41	862,38	111,19	0,07	27,32	2,80	8,19
BANABUIU	2000	15868	0,51	855,20	64,27	0,01	38,10	4,75	9,72
BARBALHA	2000	47745	0,52	788,10	65,26	0,02	25,59	7,53	4,91
BARREIRA	2000	18618	0,29	776,79	44,89	0,04	45,96	5,76	11,14
BARRO	2000	19818	0,40	643,34	169,94	0,09	27,53	1,91	6,27
BARROQUINHA	2000	13169	0,31	804,69	76,07	0,09	43,13	3,58	8,97
BATURITE	2000	30979	0,41	697,60	101,56	-0,04	33,56	7,42	7,18
BEBERIBE	2000	38934	0,43	698,24	109,10	0,07	50,44	5,21	10,06
BELA CRUZ	2000	29245	0,27	589,24	44,41	0,03	34,51	6,31	9,82
BOA VIAGEM	2000	47602	0,30	634,80	54,45	0,01	51,35	6,49	10,87
BREJO SANTO	2000	35565	0,50	802,42	238,01	-0,04	19,76	8,63	8,66
CAMOCIM	2000	52608	0,39	563,64	137,98	-0,08	22,53	2,51	9,65
CAMPOS SALES	2000	24338		697,44	77,23	0,01	39,19	5,12	10,36
CANINDE	2000	68684	0,67	648,68	70,45	-0,06	46,53	7,60	8,21
CAPISTRANO	2000	15444	0,32	848,77	84,94	-0,01	62,82	7,45	8,66
CARIDADE	2000	15153	0,34	739,53	131,35	-0,03	41,90	5,76	7,05
CARIRE	2000	18507	0,26	668,95	86,84	0,03	32,82	3,96	7,07
CARIRIACU	2000	26288	0,30	712,43	87,48	-0,06	45,79	5,02	10,44
CARIUS	2000	16759	0,40	771,12	37,17	0,00	43,24	5,24	8,91
CARNAUBAL	2000	15533	0,27	725,65	48,93	0,00	34,11	5,79	9,60
CASCABEL	2000	52393	0,50	612,74	80,28	0,06	35,39	4,49	6,75
CATARINA	2000	13134	0,41	639,95	189,53	0,01	31,29	6,39	4,76
CATUNDA	2000	9170	0,49	990,97	103,20	-0,01	43,15	5,36	9,18
CAUCAIA	2000	248049	0,76	467,89	68,28	0,14	35,97	3,03	5,82
CEDRO	2000	23666	0,35	592,81	55,85	0,06	37,02	3,10	7,70
CHAVAL	2000	11839	0,39	782,95	43,29	0,04	45,15	4,24	7,50
CHORO	2000	12018	0,33	805,75	54,58	0,01	50,71	5,18	9,11
CHOROZINHO	2000	16231	0,39	842,55	141,13	0,00	40,95	4,88	10,36
COREAU	2000	19989	0,34	710,58	68,18	0,02	35,78	4,90	9,20
CRATEUS	2000	63531	0,49	647,86	82,70	-0,02	35,94	9,07	7,51
CRATO	2000	100049	1,02	627,95	41,94	0,01	38,42	8,81	6,68
CROATA	2000	16609	0,38	790,07	173,10	0,02	29,20	6,56	10,06
CRUZ	2000	19899	0,29	751,85	123,43	-0,05	45,88	6,07	8,60
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	2000	7553	0,48	1017,50	235,57	-0,03	38,09	5,64	8,76
ERERE	2000	5839	0,46	1142,18	64,56	-0,01	29,35	5,96	8,69
EUSEBIO	2000	30560	3,32	1282,01	285,59	0,03	39,02	3,60	5,66
FARIAS BRITO	2000	21848	0,30	579,09	65,15	-0,04	54,85	4,68	9,78
FORQUILHA	2000	18222	0,30	709,78	83,08	-0,06	49,96	3,13	9,92
FORTALEZA	2000	2139372	3,99	840,86	187,02	-0,04	40,56	8,27	4,90

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
FORTIM	2000	12276	0,52	942,47	123,54	0,05	78,40	6,12	10,28
FRECHEIRINHA	2000	12158	0,36	824,15	103,95	0,04	29,21	4,83	8,10
GENERAL SAMPAIO	2000	4609	0,46	1395,29	183,53	0,01	42,83	4,19	7,12
GRACA	2000	14548	0,29	990,50		0,00	0,00		
GRANJA	2000	46174	0,31	517,90	213,78	-0,06	37,06	2,82	9,72
GRANJEIRO	2000	4982	0,38	1269,24	115,89	0,12	52,65	4,17	7,77
GROAIRAS	2000	8531	0,44	851,88	150,95	0,01	38,99	6,33	7,03
GUAIUBA	2000	16357	0,35	769,93	53,21	-0,01	50,45	4,45	7,37
GUARACIABA DO NORTE	2000	33498	0,32	648,16	58,29	0,02	40,99	5,35	8,25
GUARAMIRANGA	2000	5771	0,46	1045,91	164,63	0,06	46,45	3,48	9,20
HIDROLANDIA	2000	16429	0,28	752,81	16,60	-0,01	48,66	3,95	8,46
HORIZONTE	2000	28511	2,05	1042,27	198,61	0,03	45,03	3,78	5,42
IBARETAMA	2000	10338	0,33	939,79	167,84	-0,02	44,56	5,08	9,17
IBIAPINA	2000	21978	0,51	749,68	73,90	0,04	40,31	6,85	9,24
IBICUITINGA	2000	9065	0,38	996,01	171,93	0,09	30,52	5,30	9,31
ICAPUI	2000	17203	0,96	952,36	155,39	0,02	30,89	7,25	7,45
ICO	2000	56798	0,36	565,74	129,28	-0,11	40,97	5,66	9,70
IGUATU	2000	79851	1,25	736,67	61,88	0,00	47,94	11,11	6,60
INDEPENDENCIA	2000	22481	0,38	679,89	89,12	-0,02	40,51	4,92	7,92
IPAPORANGA	2000	11240	0,33	956,72	253,00	-0,11	37,05	6,01	10,38
IPAUMIRIM	2000	10408	0,46	963,03	89,98	0,07	32,83	4,80	8,11
IPU	2000	34372	0,40	577,74	0,00	-0,07	22,94	5,20	8,23
IPUEIRAS	2000	36450	0,30	696,03	105,94	-0,06	46,45	4,67	12,31
IRACEMA	2000	13106	0,39	845,54	15,39	-0,07	50,09	6,84	7,75
IRAUCUBA	2000	16506	0,28	880,99	187,93	-0,04	31,50	3,71	7,82
ITAICABA	2000	7016	0,48	859,01	106,75	0,00	46,46	5,93	6,23
ITAITINGA	2000	29077	0,46	692,00	68,05	0,09	52,79	5,14	8,88
ITAPAGE	2000	41494	0,40	577,47	55,00	-0,05	33,53	5,36	7,91
ITAPIPOCA	2000	84053	0,52	521,02	48,48	0,09	39,81	3,34	7,87
ITAPIUNA	2000	15528	0,34	869,20	222,91	-0,08	39,28	8,54	9,31
ITAREMA	2000	26195	0,35	756,00	200,03	-0,02	27,43	3,60	8,84
ITATIRA	2000	15152	0,19	371,81	83,81	-0,18	34,33	0,00	5,50
JAGUARETAMA	2000	16597	0,27	726,31	104,57	0,02	35,67	5,82	8,63
JAGUARIBARA	2000	8093	0,67	1058,56	136,12	-0,04	43,78	6,13	7,37
JAGUARIBE	2000	33465	0,48	648,72	69,87	0,01	40,39	5,60	8,54
JAGUARUANA	2000	31863	0,44	578,99	52,91	0,03	44,76	6,22	8,27
JARDIM	2000	26289	0,27	421,90	72,28	-0,30	35,19	4,16	8,03
JATI	2000	6432	0,68	832,12	124,43	-0,01	43,95	4,38	6,66
JIOCA DE JERICOACOARA	2000	10896	0,40	823,27	123,73	0,02	38,25	3,33	6,86
J. DO NORTE	2000	202932	0,77	575,10	43,99	-0,01	42,39	5,68	7,30

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
JUCAS	2000	19870	0,34	808,81	108,36	-0,03	51,09	7,14	11,62
LAVRAS DA MANGABEIRA	2000	31583	0,29	565,83	86,33	0,01	39,56	3,40	8,68
LIMOEIRO DO NORTE	2000	47225	0,70	564,99	91,31	-0,05	46,00	5,87	5,26
MADALENA	2000	15317	0,26	722,59	136,50	0,02	41,48	3,79	6,45
MARACANAU	2000	162638	2,25	1208,52	81,15	0,10	43,53	6,78	7,69
MARANGUAPE	2000	90496	1,01	485,44	28,51	0,11	57,35	4,24	6,12
MARCO	2000	17705	0,37	932,69	17,15	0,03	41,03	5,15	9,52
MARTINOPOLE	2000	8172	0,69	855,11	208,58	0,10	31,55	4,97	7,60
MASSAPE	2000	26866	0,27	592,89	12,03	0,00	43,23	3,43	6,50
MAURITI	2000	39177	0,30	644,14	109,42	0,04	55,40	3,66	11,52
MERUOCA	2000	10998	0,69	726,92	129,61	-0,12	38,32	4,31	7,07
MILAGRES	2000	24095	0,32	629,28	145,34	-0,01	39,84	6,58	8,96
MILHA	2000	12258	0,43	812,65	31,09	0,04	27,07	4,97	7,48
MIRAIMA	2000	11109	0,33	705,79	24,53	0,24	33,94	0,05	6,88
MISSAO VELHA	2000	30155	0,33	579,66	68,15	0,00	32,52	3,84	9,68
MOMBACA	2000	38377	0,24	674,52	36,00	-0,01	38,28	6,07	12,26
MONSENHOR TABOSA	2000	15014	0,31	785,18	35,16	-0,01	42,43	4,82	7,61
MORADA NOVA	2000	61686	0,55	595,95	64,90	0,06	40,30	5,27	9,54
MORAUJO	2000	7024	0,39	1029,77	13,50	0,09	26,48	3,97	6,31
MORRINHOS	2000	16529	0,30	676,10	37,26	-0,02	46,37	4,59	11,19
MUCAMBO	2000	13120	0,34	734,50	63,35	0,08	47,61	4,23	8,13
MULUNGU	2000	8608	0,47	875,03	15,88	0,02	41,52	3,81	8,59
NOVA OLINDA	2000	11259	0,44	908,23	114,75	0,12	36,04	5,27	6,88
NOVA RUSSAS	2000	29875	0,41	706,02	195,25	-0,02	36,53	8,62	7,54
NOVO ORIENTE	2000	25061	0,27	646,08	148,86	0,02	48,78	4,97	9,62
OCARA	2000	20645	0,27	765,95	15,49	0,00	43,07	5,23	9,91
OROS	2000	20457	0,38	708,45	54,11	-0,04	43,07	6,28	9,46
PACAJUS	2000	40885	1,22	737,58	121,89	0,00	47,53	3,44	7,67
PACATUBA	2000	48073	0,30	580,97	48,60	0,28	39,27	3,32	4,36
PACOTI	2000	12261	0,35	755,48	136,85	-0,01	30,32	8,11	9,44
PACUJA	2000	5621	0,50	1148,81	378,18	-0,05	42,69	7,94	7,21
PALHANO	2000	7359	0,36	1067,20	287,68	-0,06	38,12	8,47	12,24
PALMACIA	2000	9401	0,38	851,82	15,56	-0,01	93,16	5,31	8,03
PARACURU	2000	25856	0,97	879,32	102,92	0,05	31,87	3,08	5,66
PARAIPABA	2000	21871	0,41	686,58	27,46	0,04	60,44	4,28	7,08
PARAMBU	2000	31593	0,32	622,73	52,20	0,01	31,08	4,78	9,24
PARAMOTI	2000	11831	0,29	910,63	84,28	0,01	33,70	4,05	9,74
PEDRA BRANCA	2000	36838	0,29	666,16	113,52	0,27	31,65	1,68	10,68
PENAFORTE	2000	5940	0,48	1066,69	199,09	0,06	32,99	4,32	7,07
PENTECOSTE	2000	27493	0,29	668,13	122,51	0,07	32,03	4,11	8,97

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida per capita (R\$ 2010)	Investimento per capita (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
PEREIRO	2000	13476	0,38	892,09	111,60	0,02	27,81	7,53	10,05
PINDORETAMA	2000	14909	0,45	800,86	210,69	0,05	31,15	5,77	8,72
PIQUET CARNEIRO	2000	12404	0,24	872,38	4,46	0,00	44,44	6,09	9,07
PIRES FERREIRA	2000	11685	0,59	829,95	202,81	0,06	25,09	2,16	14,22
PORANGA	2000	11523	0,44	861,83	#DIV/0!	0,00	0,00		
PORTEIRAS	2000	15343	0,38	801,44	261,45	-0,19	30,95	7,90	14,10
POTENGI	2000	8491	0,33	841,61	219,29	0,00	23,47	3,10	6,17
POTIRETAMA	2000	5940	0,42	977,49	3,59	0,07	26,28	5,68	8,62
QUITERIANOPOLIS	2000	17330	0,28	700,43	#DIV/0!	0,00	0,00		
QUIXADA	2000	67497	0,54	364,20	20,84	0,49	14,93	0,36	0,32
QUIXELO	2000	14641	0,37	877,90	403,24	0,05	26,55	7,75	10,17
QUIXERAMOBIM	2000	55221	0,50	679,31	110,39	0,06	40,78	6,36	7,78
QUIXERE	2000	16773	0,47	717,96	131,56	-0,02	47,63	6,25	7,25
REDENCAO	2000	21067	0,45	753,28	65,20	-0,04	46,22	4,84	8,30
RERIUTABA	2000	22594	0,34	586,49	75,57	0,07	36,93	4,23	7,79
RUSSAS	2000	57244	0,72	529,13	68,60	0,03	42,86	3,77	6,01
SABOEIRO	2000	17162	0,27	692,64	38,30	0,00	32,51	5,12	9,10
SALITRE	2000	12090	0,41	934,08	185,60	0,04	32,18	4,30	9,01
SANTA QUITERIA	2000	38457	0,28	669,72	65,98	-0,06	27,69	6,65	10,12
SANTANA DO ACARAU	2000	28658	0,39	675,58	87,62	0,00	34,67	6,25	11,01
SANTANA DO CARIRI	2000	17116	0,33	728,82	0,00	0,00	39,53	5,25	7,97
SAO BENEDITO	2000	38605	0,31	590,04	94,22	0,02	48,27	4,65	9,16
SAO GONCALO DO AMARANTE	2000	36045	0,50	531,54	78,34	0,02	50,59	3,02	4,32
SAO JOAO DO JAGUARIBE	2000	8782	0,48	931,00	99,80	-0,03	40,08	7,18	12,36
SAO LUIS DO CURU	2000	11234	0,38	814,30	14,53	0,02	37,34	5,76	8,15
SENADOR POMPEU	2000	24127	0,35	709,44	204,57	0,03	30,19	7,05	6,86
SENADOR SA SOBRAL	2000	5788	0,49	1091,12	175,18	0,00	25,36	3,37	8,84
SOBRAL	2000	148346	1,79	1205,78	239,49	0,02	28,38	11,38	4,14
SOLONOPOLE	2000	16135	0,31	685,75	181,20	-0,17	45,18	4,85	9,29
TABULEIRO DO NORTE	2000	28062	0,52	538,65	44,00	0,15	30,58	4,13	6,58
TAMBORIL	2000	28664	0,25	655,07	178,49	-0,05	45,50	5,93	9,68
TARRAFAS	2000	7503	0,42	981,94	144,12	0,01	27,46	2,99	10,08
TAUA	2000	48950	0,43	564,43	46,90	0,08	29,42	5,00	7,57
TEJUCUOCA	2000	10967	0,34	961,35	177,43	0,02	38,07	5,23	8,57
TIANGUA	2000	54303	0,49	553,30	113,20	-0,03	40,15	3,36	8,83
TRAIRI	2000	41265	0,51	648,01	114,01	0,05	21,99	3,96	9,75
TURURU	2000	11187	0,34	815,74	52,48	-0,06	28,94	4,99	8,37

Município	Ano	População	IDTE	Receita Líquida <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Investimento <i>per capita</i> (R\$ 2010)	Resultado / Receita	Limite Pessoal (%)	Saúde (%)	Educação (%)
UBAJARA	2000	29390	0,41	535,83	40,02	-0,01	28,71	5,74	7,34
UMARI	2000	7227	0,71	1051,07	81,39	0,04	35,36	5,74	11,20
UMIRIM	2000	15197	0,36	333,14	1,69	0,20	19,82	0,00	0,47
URUBURETAMA	2000	16851	0,35	725,72	56,61	0,03	45,20	6,37	8,19
URUOCA	2000	9631	0,38	852,77	206,05	0,01	31,40	3,27	6,54
VARZEA ALEGRE	2000	34457	0,36	644,89	173,32	0,00	49,48	5,58	8,82
VICOSA DO CEARA	2000	45183	0,27	666,09	108,09	0,03	34,08	4,15	10,96